

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.002](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT01.002)

AVALIAÇÃO INCLUSIVA: DIÁLOGO DE DIFERENÇAS NO PROCESSO EDUCACIONAL

Carla Sarlo Carneiro Chrysóstomo

Mestre em Educação Superior pela Universidade Iberoamericana UNINI Puerto Rico, docente do Curso de Pedagogia ISEPAM-RJ, carlasarlo@gmail.com

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo geral investigar a avaliação inclusiva para integração e aprendizagem colaborativa; através de questionário virtual. O tema avaliação inclusiva justifica-se pelas rotinas dos cursos de graduação rodeadas de falta de motivação dos alunos nas pesquisas acadêmicas. Tendo como público alvo alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia em uma Instituição Pública Estadual, em 2021.1, questiona o porquê dos alunos do Curso de Pedagogia dessa respectiva instituição não se sentirem pertencentes a uma avaliação inclusiva. As hipóteses se dividem entre as premissas: educação engessada; processo educacional com moldes unilaterais e lineares e visão tecnicista no Curso de Formação de Professores. A metodologia utilizada caracteriza-se como bibliográfica, qualitativa, quantitativa e exploratória.

Palavras-chave: Avaliação, Inclusão, Pedagogia, Integração.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo geral investigar a avaliação inclusiva para integração e aprendizagem colaborativa; através de questionário virtual. Coll, Marchesi e Palacios (2004) explicam que são as representações cognitivas que influem decisivamente na motivação ou na falta de motivação para aprender. Dessa forma, diferencia-se em metas de aprendizagem: alunos orientados para metas de aprendizagem e outros para metas de execução. Portanto, faz-se necessário o estudo desse tema.

Os objetivos específicos se distribuem em: apresentar a avaliação como processo inclusivo e integrador; destacar as diferenças como elo integrador na formação docente e citar a relação dialógica como estratégia mediadora no processo educacional.

O problema investiga: por que os alunos da Pedagogia, de uma Universidade Pública Estadual, não se sentem pertencentes a uma avaliação inclusiva? Tem como hipóteses: educação engessada; processo educacional com moldes unilaterais e lineares e visão tecnicista na formação de professores.

O objeto de estudo é prática docente inclusiva e o público alvo são alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia de uma Instituição Pública Estadual no município de Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil, em 2021.1.

APRENDIZAGEM INCLUSIVA

Sabbag (2018) afirma que recentemente, a tecnologia da informação alterou o estilo de vida das pessoas e dos profissionais com o desafio de interpretar informação para transformar em conhecimento, necessitando aprimorar habilidades intelectuais e ampliar a visão de mundo.

Libâneo (2010) apresenta que o conceito de educação foi ampliado caracterizando-se como prática social enraizada no contexto geral da sociedade. Portanto,

A educação associa-se, pois, a processos de comunicação e interação pelos quais os membros de uma sociedade assimilam saberes, habilidades, técnicas, atitudes, valores existentes no meio culturalmente

organizado e, com isso, ganham o patamar necessário para produzir outros saberes, técnicas, valores etc. É intrínseco ao ato educativo seu caráter de mediação que favorece o desenvolvimento dos indivíduos na dinâmica sociocultural de seu grupo, sendo que o conteúdo dessa mediação são os saberes e modos de ação (LIBÂNEO, 2010, p. 32).

Para o referido autor a educação, como conjunto de ações, processos, influências e estruturas, que influencia no desenvolvimento humano, deve ter cunho emancipatório, pois a humanização plena provoca a transformação dessas relações.

Vasconcellos (2019) destaca que prática educativa escolar depende da concepção de currículo que o educador tem, pois os professores estão sendo confrontados com questões curriculares como base nacional comum curricular, diretrizes, transversalidade, diversidade e novas propostas das redes de ensino. Dessa forma,

Entendemos que aquelas preocupações clássicas na área do currículo (necessidades, objetivos educacionais, seleção, organização e distribuição dos conteúdos, metodologias, relacionamentos, avaliação) não podem ser menosprezadas, até porque, no cotidiano da escola, de uma forma ou de outra, são elas que acabam funcionando como a espinha de sustentação do trabalho docente (VASCONCELLOS, 2019, p. 193).

O autor citado acima propõe uma reaproximação entre a reflexão e a prática propiciando uma formação crítica do professor levando-se em conta o currículo oculto e das diversidades dos sujeitos.

Sabbag (2018) explica que na Sociedade do Conhecimento promover aprendizagem permanente de todos é um grande desafio. Por isso,

A andragogia ensina que: alunos não são aprendizes. Aprendizes proativos em relação ao seu desenvolvimento, corresponsáveis por sua educação e motivados aprendem mais. Outro princípio: aprendiz tem necessidade e curiosidade. Paulo Freire dizia que só desse modo alguém procura aprender;

infelizmente a necessidade de otimizar o investimento remete à indicação por gestores dos privilegiados em participar de ações educacionais. Para eles, aprender é um dever. Ninguém aprende por dever, obrigação ou temor [...] (SABBAG, 2018, p. 163).

O autor acima enfatiza que a aprendizagem necessita de uma zona de desenvolvimento proximal como aquisição de competências, fruto de vivências e coletividade, agregando experiências e formações diferentes.

Machado e Cazini (2019) ressaltam que o mundo contemporâneo marcado por transformações sociais, políticas, educativas, culturais e econômicas possibilita uma reformulação de conceitos sobre o conhecimento humano e o meio social. Portanto,

Em relação ao âmbito educativo e os processos educacionais brasileiros em prol da Educação Inclusiva, compreendemos que o papel da escola e principalmente do professor vem modificando-se ao longo do tempo tendo em vista que as funções atribuídas anteriormente ao educador eram apenas de mediador/transferidor do conhecimento (MACHADO E CAZINI, 2019, p. 108).

As referidas autoras alegam que hoje o professor passou a ser um dos protagonistas do processo inclusivo, por ser um dos responsáveis pela disseminação, reflexão e exercício de uma nova cidadania que visa a valorização e o respeito pelas diferenças. Surge então, o novo paradigma do ser humano que possui particularidades únicas sejam físicas, cognitivas ou emocionais, tornando-se inaceitável qualquer tipo de rótulo, exclusão, segregação e discriminação das pessoas no meio social, bem como no âmbito escolar.

Guerreiro (2019) explica que na Educação Superior, a transversalidade da Educação Especial, concretiza-se por meio de ações que promovem o acesso, a permanência e a participação dos alunos. Sendo assim,

O Decreto nº 7.612/2011, que instituiu o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência-Plano Viver sem Limite, possui quatro eixos de atuação (acesso à educação; atenção à saúde; inclusão social; e acessibilidade). Como já foi comentado anteriormente,

a acessibilidade permeia todos os eixos, tanto de forma física como de comunicação e afetividade (GUERREIRO, 2019, p. 85).

A referida autora reforça a necessidade da escola ser um espaço transformador, que assegure uma igualdade de condições de acessibilidade, principalmente para o aluno que tem algum tipo de deficiência ou limitação, precisando ser inserido nesse contexto espacial.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

Perrenoud (1999) destaca a necessidade de refletir sobre o lugar da regulação dos processos de aprendizagem nas ferramentas didáticas em conexão com as trajetórias formativas e diferenciação dos tratamentos pedagógicos. Portanto,

Nenhuma pedagogia, por mais frontal e tradicional que seja, é totalmente indiferente às questões, às respostas, às tentativas e aos erros dos alunos. Mesmo quando uma aula segue “ao pé da letra” uma progressão planejada detalhadamente, mesmo quando uma sequência didática se desenvolve de acordo com um roteiro bem preciso, há espaço para ajustes, remanejamentos no meio do trajeto, em função de acontecimentos parcialmente imprevisíveis, sobretudo as atitudes e as condutas dos alunos, que manifestam seu interesse, sua compreensão, mas também suas resistências ou suas dificuldades para seguir o ritmo ou assimilar o conteúdo [...] (PERRENOUD, 1999, p. 89).

O referido autor explica que é possível reconhecer a importância da regulação dos processos de aprendizagem, como conjunto das operações metacognitivas do sujeito, a partir das interações entre alunos.

Silva (2019) faz um convite ao diálogo porque estudar precisa ser um ato prazeroso, de sedução, de coragem, de reflexão, abertos à crítica e a outros olhares no diálogo com o texto e o contexto. Assim,

Nossa perplexidade advém da contemplação e da vivência de um movimento de transformações que afetam nosso cotidiano em várias direções e dimensões.

Os modelos de sociedade, de família, de igreja, de partido político, de homem e de mulher vão se desmanchando apesar da pretensa solidez. Conceitos, leis, normas, procedimentos científicos são relativizados apesar de seu discurso onipotente [...] (SILVA, 2019, p. 19).

O autor acima citado aborda as transições dos paradigmas epistemológicos e sociais, que geram novos desafios, constituindo cenários de possibilidades de várias ordens. A realidade não comporta teorias fechadas, restritas, ações uniformes e pensamentos lineares. A complexidade do mundo contemporâneo requer inter-relações, flexibilidades, interseções e diálogos culturais, de conhecimentos, de competências, etc.

Bauman (2013) enfatiza que na transição da sociedade da fase sólida para líquida, a modernização compulsiva e obsessiva, impulsionou e intensificou a condição humana líquido-moderna. "Não estamos falando aqui de uma mudança ou modificação de paradigma; é mais exato falar de começo de uma era "pós-paradigmática" na história da cultura (e não apenas da cultura)" (BAUMAN, 2013, p. 17). A função da cultura é criar outras, pois um mundo multicultural permite que outras culturas coexistam.

Silva, Hoffmann e Esteban (2018) destacam que a escola precisa oferecer condições para uma simetria diálogo-comunicação entre ensino diversificado e as diferentes formas de aprender. Dessa forma,

[...] a avaliação cruza o trabalho pedagógico desde seu planejamento até a sua execução, coletando dados para melhor compreensão da relação entre o planejamento, o ensino e a aprendizagem e orientando a intervenção didática para que seja qualitativa e contextualizada. Sendo constante, a avaliação materializa-se numa variedade de instrumentos, por isso a necessidade de ser contínua, o que significa garantir uma relação lógica entre os diversos instrumentos utilizados no processo avaliativo, buscando sempre uma coerência pedagógica e didática entre eles, e desses com os procedimentos de ensino dos quais os professores fizeram uso. Assim, na continuidade, os diversos instrumentos avaliativos têm a intenção também de superar qualquer possibilidade de fragmentação e

de terminalidade na sua utilização, dando a este processo uma perspectiva de integralidade, coesão e coerência (SILVA, HÖFFMANN E ESTEBAN, 2018, p. 16-17).

As respectivas autoras enfatizam a importância de diversificação dos instrumentos avaliativos na realização de uma avaliação que supera a visão restrita do aluno e do professor como seres apenas cognitivos, desconsiderando as outras dimensões como afetiva, social, cultural, etc., resgatando assim a multidimensionalidade dos sujeitos da educação escolar e a formação integral.

Segundo Luckesi (2011) a avaliação escolar está mais vinculada a prática de verificação do que à prática da avaliação da aprendizagem, que é diagnóstica, inclusiva e construtiva. Atualmente, acredita-se que na educação o ato de planejar é neutro, sem comprometimento. O acesso universal ao ensino é um elemento essencial da democratização e um mecanismo para a emancipação sobre os mecanismos de opressão.

Boas (2019) corrobora afirmando que para que ocorra aprendizagem é necessário uma avaliação com papel mediador contribuindo para uma prática avaliativa formativa contribuindo para a emancipação. Portanto,

Emerge, nesse contexto, a necessidade de garantir espaços formativos que permitam desofuscar, desnaturalizar e banir significações que classificam, rotulando estudantes conforme o lugar em que se sentam e, em contrapartida, pensar novas formas de organização da aula e novos espaços para que ela se efetive na perspectiva de ensinar a todos. Como local de formação inicial e continuada, a escola (incluindo a universidade) constitui espaço com condições de contribuir nessa direção, extrapolando as usuais e parciais discussões que se ocupam apenas dos recursos e das técnicas utilizadas em sala de aula. [...] (BOAS, 2019, p. 63).

A referida autora destaca a importância de socializar meios e maneiras de organizar a sala de aula e espaços educacionais que rompam com práticas neutras. Assim, a dinâmica de aprendizagem se utilizará de processos sociais, coletivos, dialógicos e plurais, eliminando facetas classificatórias.

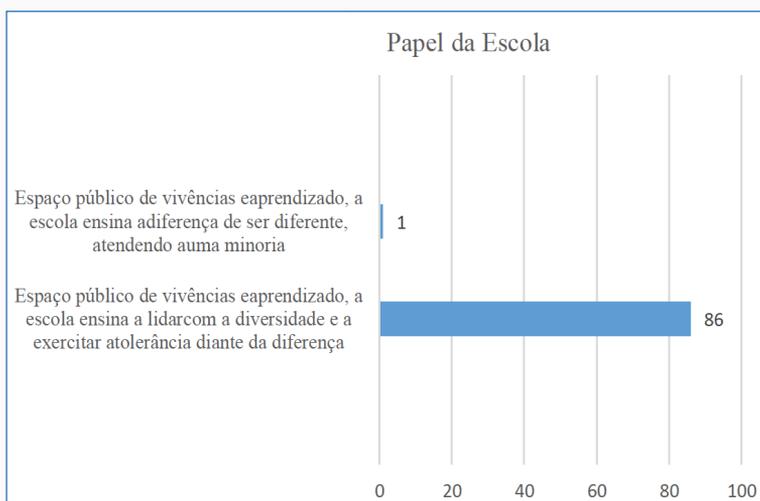
METODOLOGIA

A metodologia caracteriza-se como bibliográfica, por utilizar fontes teóricas; qualitativa por se apropriar da subjetividade dos autores utilizados; quantitativa, por gerar dados numéricos após a aplicação e análise de questionário *online* na plataforma *google forms* destinado a 87 alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia de uma Instituição Pública Estadual em Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil, em 2021.1. Também caracteriza-se como exploratória, por investigar o fenômeno “Prática Docente Inclusiva”, aproximando-o da comunidade científica. Segundo Lakatos e Marconi (2003, p. 198) “A entrevista, que visa obter respostas válidas e informações pertinentes, é uma verdadeira arte que se aprimora com o tempo, com treino e com experiência”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizada uma pesquisa com 87 alunos do Curso de Licenciatura em Pedagogia em uma Instituição Estadual na cidade de Campos dos Goytacazes/RJ/Brasil, em 2021.1. Através da plataforma *google forms*, os respectivos alunos responderam 10 questões em um questionário *online*; conforme os gráficos abaixo:

Gráfico I

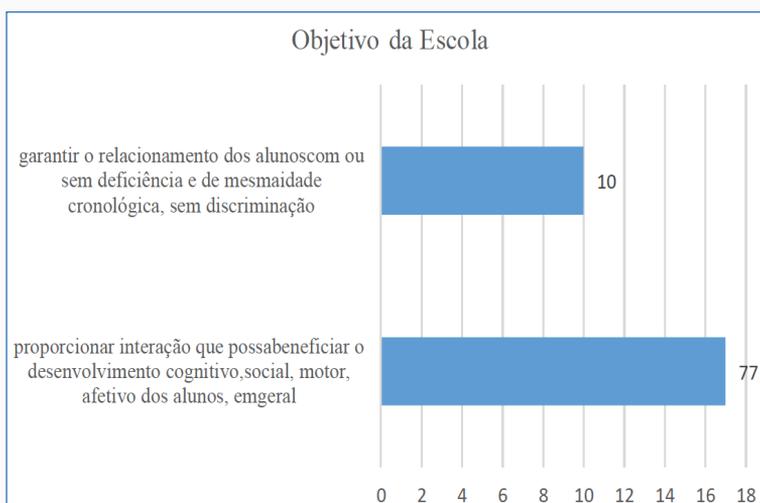


Fonte: a autora em 2021

No quesito papel da escola, dentre 87 alunos, 1 respondeu que o papel da escola enquanto Espaço público de vivências e aprendizado, a escola ensina a diferença de ser diferente, atendendo a uma minoria e 86 disseram que por ser Espaço público de vivências e aprendizado, a escola ensina a lidar com a diversidade e a exercitar a tolerância diante da diferença.

Vasconcellos (2019) ressalta que as propostas práticas de sala de aula precisam estar vinculadas a uma leitura da realidade, à filosofia educacional, às concepções de pessoa, sociedade, currículo, planejamento, disciplina, ações, intervenções e interações, onde todos tenham a mesma linguagem.

Gráfico II



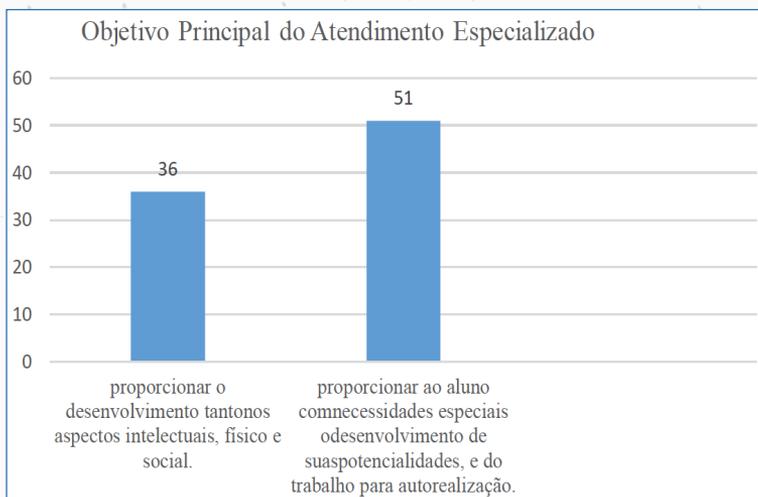
Fonte: a autora em 2021

Quanto aos objetivos da escola, dentre os 87 alunos entrevistados, 10 responderam que é necessário garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, sem discriminação. E, 77 disseram que é preciso proporcionar interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.

Silva, Hoffmann e Esteban (2018, p. 9) explicam que “realidade em que a voz uníssona da modernidade cede lugar à pluralidade cultural, étnica, política, científica, em que a transição paradigmática anuncia a chegada da pós-modernidade”. Verifica-se então,

que é necessário ressignificações, profundas mudanças em época marcada pela transitoriedade, busca de novos sentidos e de novas práticas.

Gráfico III



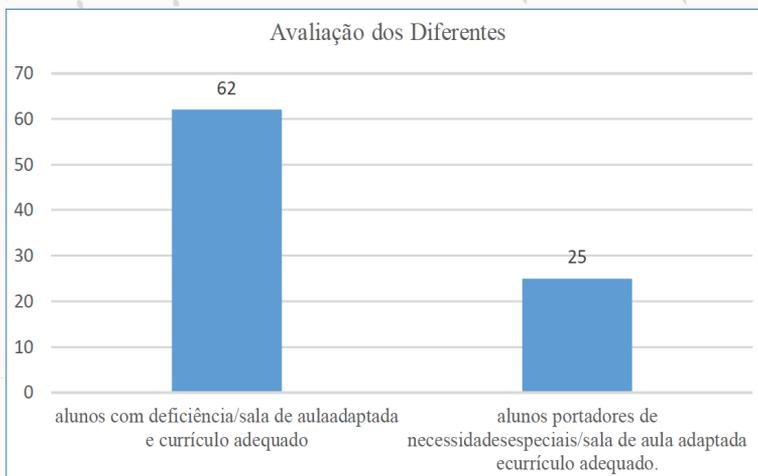
Fonte: a autora em 2021

Ao questionar sobre o objetivo principal do Atendimento Especializado, dentre os 87 alunos entrevistados, 36 escolheram a alternativa: precisa proporcionar o desenvolvimento tanto nos aspectos intelectuais, físico e social e 51 defenderam que é necessário proporcionar ao aluno com necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, e do trabalho para auto-realização.

Guerreiro (2019, p. 27) destaca que “[...] o aluno com deficiência tem direitos, e as instituições de ensino superior têm de garanti-los integralmente, para que tenham equiparadas suas condições de participação em todos os espaços”. Diante do aumento de alunos com deficiência no Ensino Superior é importante verificar se as mudanças implantadas satisfazem os seus beneficiários.

Na pergunta que envolve Avaliação dos Diferentes, dentre os 87 alunos entrevistados, 62 alunos responderam que alunos com deficiência/sala de aula adaptada e currículo adequado são necessários e 25 disseram que alunos portadores de necessidades especiais/sala de aula adaptada e currículo adequado.

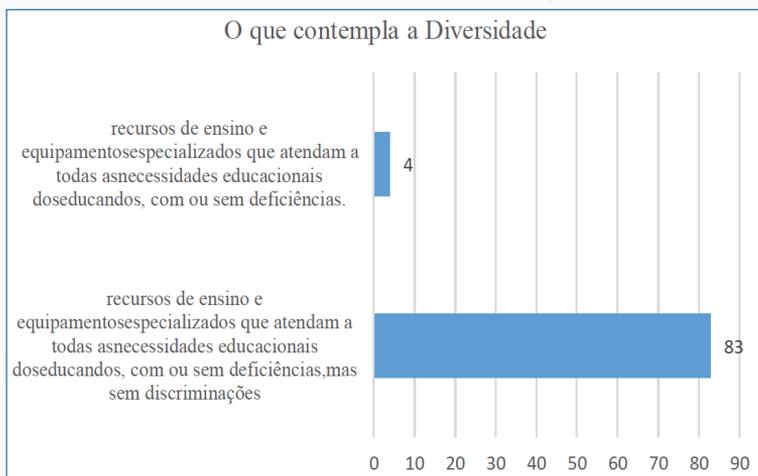
Gráfico IV



Fonte: a autora em 2021

Verifica-se que os alunos em sua maioria conhecem a terminologia que está sendo substituída no Capítulo V da Educação Especial, Artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “[...] a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” (BRASIL, 1996, p. 25), a qual deve ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino.

Gráfico V

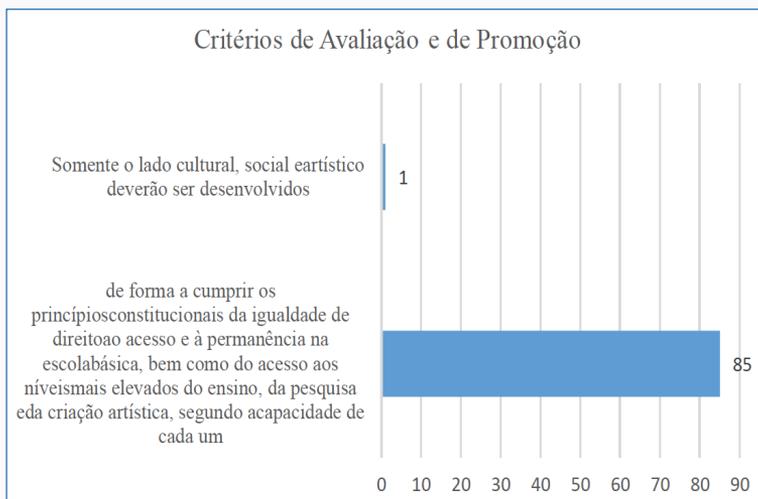


Fonte: a autora em 2021

Na pergunta sobre os recursos que contemplam a diversidade, dentre 87 alunos, 4 responderam que são necessários recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências e 83 optaram pela alternativa: recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações.

Guerreiro (2019) explica que é preciso dar acesso e permanência aos alunos e principalmente os com deficiência no Ensino Superior, o que não implica somente as construções de espaços acessíveis, mas recursos pedagógicos como livros, equipamentos, instrumentos, etc., informações para a comunidade técnico-administrativa, instruções e capacitação aos professores e apoio institucional. O aluno com deficiência tem direitos que precisam estar garantidos integralmente pelas instituições.

Gráfico VI



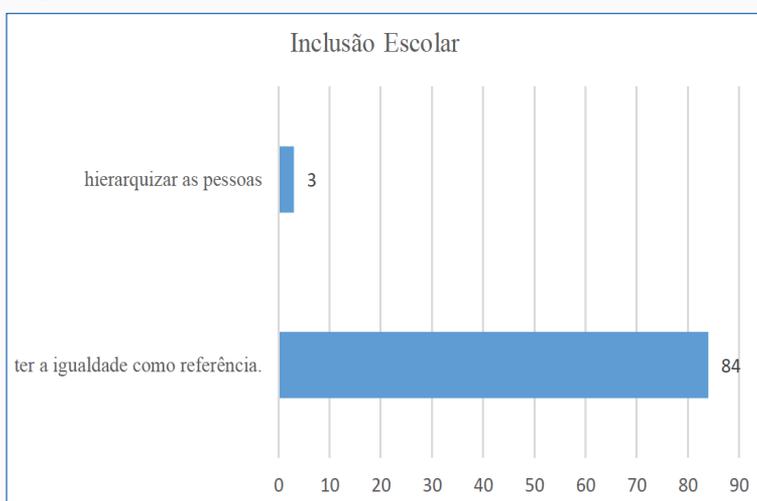
Fonte: a autora em 2021

Quanto aos critérios de avaliação e de promoção, dentre 87 alunos entrevistados, 1 respondeu que somente o lado cultural, social e artístico deverão ser desenvolvidos e 85 optaram pela alternativa: de forma a cumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e à permanência na escola básica, bem como do

acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.

Silva (2019) reafirma que diante de um contexto difuso e obscuro com transição paradigmática é preciso refletir em torno de práticas avaliativas formativas, marcada por profundas metamorfoses, ressignificações, conflitos, em busca de novos sentidos para o currículo, organização do trabalho pedagógico e relação entre ensino e aprendizagem, sendo necessário renomear o papel do professor frente às novas demandas sociais.

Gráfico VII

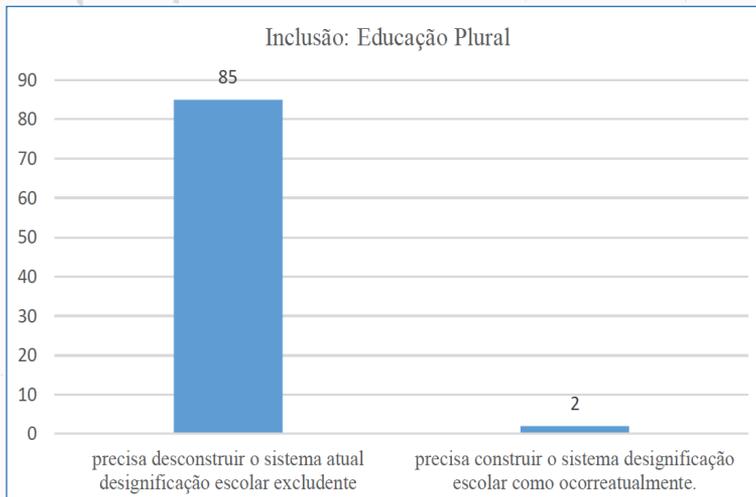


Fonte: a autora em 2021

Frente ao questionamento do que é preciso para enfrentar as mudanças provocadas pela necessidade da inclusão escolar, dentre 87 alunos entrevistados, 3 responderam que é preciso hierarquizar as pessoas e 84 disseram que é necessário ter a igualdade como referência.

Silva, Hoffmann e Esteban (2018) corroboram afirmando que as mudanças nos processos de aprendizagem escolar precisam vir acompanhadas de outras mudanças na estrutura organizacional da instituição escolar e do trabalho pedagógico, como função social da escola, valores e crenças, incluindo, formando, perpetuando valores e conhecimentos, modificando, transformando, construindo, criando e ousando.

Gráfico VIII



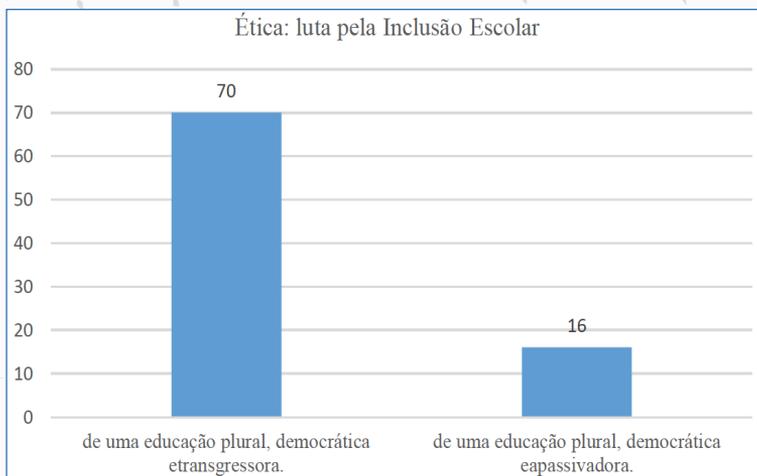
Fonte: a autora em 2021

No quesito inclusão escolar como produto de uma educação plural, democrática e transgressora, dentre os 87 alunos, 2 escolheram a opção: precisa construir o sistema de significação escolar como ocorre atualmente e 85 a alternativa: precisa desconstruir o sistema atual de significação escolar excludente.

Sabbag (2018, p. 163) explica que “[...] a aquisição de competências é vivencial e coletiva: embora existam autodidatas, o convívio é sempre fecundo, ainda mais quando agrega visões, experiências e formatações diferentes”. Quanto maior a diversidade maior a necessidade de agrupar pessoas de maturidade semelhante.

Sabendo que a ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda a luta pela inclusão escolar, dentre os 87 alunos entrevistados, 16 alunos responderam que a inclusão escolar é produto de uma educação plural, democrática e apassivadora e 70 disseram que dependerá de uma educação plural, democrática e transgressora.

Gráfico IX

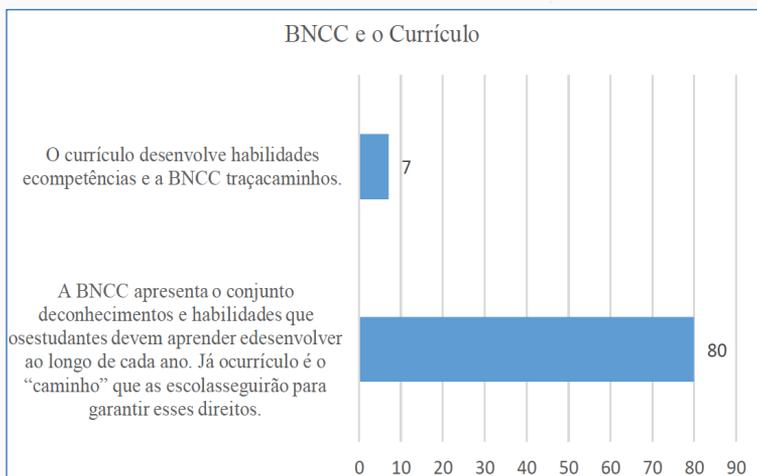


Fonte: a autora em 2021

Libâneo (2010, p. 120) explica que “a prática educativa é, assim, a fonte para os “problemas” com os quais a ciência da educação lida, não para o seu conteúdo próprio, pois a ciência da educação não tem conteúdo independente, ou seja, não cabe uma Pedagogia geral”.

É nesse processo que a prática educativa vai se adequando criando, produzindo e transformando modos de ação, técnicas, linguagem, valores, sentimentos, etc.

Gráfico X



Fonte: a autora em 2021

Tendo em vista a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, foi questionada a relação com a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo. Dentre os 87 alunos entrevistados, 7 disseram que o currículo desenvolve habilidades e competências e a BNCC traça caminhos. E, 80 responderam que a BNCC apresenta o conjunto de conhecimentos e habilidades que os estudantes devem aprender e desenvolver ao longo de cada ano. Já o currículo é o “caminho” que as escolas seguirão para garantir esses direitos.

Silva, Hoffmann e Esteban (2018, p. 95) afirmam que avaliação e aprendizagem são termos que estão atrelados a diferentes concepções. “Os procedimentos didáticos criam oportunidades para que os diferentes percursos de aprendizagem, que se entrecruzam no cotidiano escolar, se explicitem, evidenciando a sala de aula como espaço constituído pela heterogeneidade”. A avaliação que se dá por meio de classificações isola e nega os sujeitos pela busca da homogeneidade, dificultando o diálogo e reduzindo as potencialidades educativas das práticas escolares, trazendo profundos vínculos com a dinâmica de produção da exclusão e inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ensinar, aprender e o papel da escola estão intimamente relacionados com a forma de avaliar, pois deve haver coerência em suas práticas.

Mudar a forma de ensinar e avaliar exige uma concepção de aluno como ser crítico, criativo e participativo, com autonomia e capacidade de tomar decisões, privilegiando a participação, o diálogo, a autonomia, a reflexão docente e discente. Dessa forma, no tripé do processo educacional: professor, aluno e conteúdo, em uma relação triádica, a avaliação deixa de ser classificatória e excludente e passa a ser propiciadora de aprendizagem como parte integrante do currículo escolar e do planejamento em todas as suas etapas, em um processo dialógico e interativo de constante revisão.

O processo educacional precisa contemplar a formação moral, social e relacional referindo-se ao aprender autônomo do aluno, englobando dimensões conceituais e procedimentais, assim como o aprendizado de valores e atitudes. Necessita também, de

uma revisão curricular nos Cursos de Pedagogia e Formação de Professores, adequando as demandas e necessidades contemporâneas às exigências profissionais, além de romper com os moldes tradicionais tecnicistas.

A escola é o lugar de socialização, de formação de hábitos, de compreensão e intervenção no mundo com responsabilidade e consciência. O respeito a diversidade, o acesso e a permanência precisam estar garantidos a todos os alunos independente das suas singularidades.

As práticas docentes e o processo de inclusão do aluno no Ensino Superior precisam de revisão nos seguintes aspectos: falta de preparo dos docentes quanto ao uso das tecnologias e dinâmicas pedagógicas, ausência de cursos de capacitação com práticas inclusivas, desconhecimento sobre avanços tecnológicos, falta de planejamento das ações implementadas, dificuldades de relacionamento com os colegas, falta de informação e preconceito. As barreiras como as arquitetônicas, de comunicação, pedagógicas e atitudinais precisam ser eliminadas proporcionando o ingresso e a permanência dos estudantes nas Universidades.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Tradução Carlos Alberto Medeiros – 1ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BOAS, Benigma Villas (org.). **Conversas sobre Avaliação**. Campinas, SP: Papirus, 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB, 9304/1996, 1996.

COLL, Marchesi e Palacios, César, Álvaro e Jesús. Desenvolvimento Psicológico e Educação-Vol. 3: **Transtornos de Desenvolvimento e Necessidades Educativas Especiais**. Penso Editora, 2004.

GUERREIRO, Elaine Maria Bessa Rebello. **Como avaliar a satisfação do aluno com Deficiência no contexto acadêmico**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2019.

LAKATOS E MARCONI, Eva Maria e Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Edição. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e Pedagogos para quê?** 12 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar**: estudos e proposições. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, Danielle H. A. e CAZINI, Janaina (orgs.). **Inclusão e Educação**. Ponta Grossa (PR): Atena Editora. (Inclusão e Educação; v. 1), 2019.

PERRENOUD, Philipp. **Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**: Entre duas lógicas. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

SABBAG, Paulo Yazigi. **Organização, Conhecimento e Educação**. Rio de Janeiro: Atla Books, 2018.

SILVA, Janssen Felipe da. **Avaliação Formativa**: pressupostos teóricos e práticos. 5 ed. – Porto Alegre: Mediação, 2019.

SILVA, Janssen Felipe da Hoffmann e ESTEBAN, Jussara e Maria Teresa (orgs.). **Práticas Avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo**. 11ed. – Porto Alegre: Mediação, 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**: do projeto político- pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 16 ed. Ver. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2019.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO ONLINE

1. A CF/88 claramente associou o direito à Educação (e o dever a ele correlato) ao locus da escola que, para além dos conteúdos acadêmicos que ministra, possui uma função socializadora que é fundamental à vida em sociedade. Qual deve ser o papel da escola?
 Espaço público de vivências e aprendizado, a escola ensina a lidar com a diversidade e a exercitar a tolerância diante da diferença.
 Espaço público de vivências e aprendizado, a escola ensina a diferença de ser diferente, atendendo a uma minoria.
2. No Brasil, apesar de não haver legislação permissiva, estima-se que cerca de 7 mil famílias e 15 mil crianças e adolescentes praticavam o ensino domiciliar em 2018. A escola comum tem por objetivo:
 proporcionar interação que possa beneficiar o desenvolvimento cognitivo, social, motor, afetivo dos alunos, em geral.
 garantir o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência e de mesma idade cronológica, sem discriminação.
3. O Atendimento Especializado é uma modalidade de ensino destinada a alunos que apresentam deficiências, da qual venham a ter necessidades educativas especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, intelectual ou múltipla deficiência. Tem por objetivo principal:
 proporcionar ao aluno com necessidades especiais o desenvolvimento de suas potencialidades, e do trabalho para auto realização
 proporcionar o desenvolvimento tanto nos aspectos intelectuais, físico e social.
4. Na LDB (art. 58 e seguintes), consta que a substituição do ensino regular pelo ensino especial é possível. Qual a terminologia hoje utilizada nessa lei? E como avaliar os diferentes em suas diferenças?
 alunos portadores de necessidades especiais/sala de aula adaptada e currículo adequado.

- () alunos com deficiência/sala de aula adaptada e currículo adequado.
5. É indispensável que os estabelecimentos de ensino eliminem barreiras arquitetônicas e adotem práticas de ensino adequadas às diferenças dos alunos em geral, oferecendo alternativas que contemplem a diversidade, além de...
- () recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências.
- () recursos de ensino e equipamentos especializados que atendam a todas as necessidades educacionais dos educandos, com ou sem deficiências, mas sem discriminações.
6. Os critérios de avaliação e de promoção, com base no aproveitamento escolar e previstos na LDB de 1996 (art. 24), devem ser reorganizados,
- () de forma a cumprir os princípios constitucionais da igualdade de direito ao acesso e à permanência na escola básica, bem como do acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um.
- () Somente o lado cultural, social e artístico deverão ser desenvolvidos.
7. Uma coisa é o que está escrito e outra é o que acontece, verdadeiramente, nas salas de aula, no dia-a-dia, nas nossas rotinas de trabalho. Se o momento é o de enfrentar as mudanças provocadas pela inclusão escolar precisamos...
- () hierarquizar as pessoas.
- () ter a igualdade como referência.
8. A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional, que, por sua vez, ...
- () precisa desconstruir o sistema atual de significação escolar excludente.
- () precisa construir o sistema de significação escolar como ocorre atualmente.

9. A ética, em sua dimensão crítica e transformadora, é que referenda nossa luta pela inclusão escolar. A inclusão é produto...
- () de uma educação plural, democrática e apassivadora.
 - () de uma educação plural, democrática e transgressora.
10. A transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos inicia-se, portanto, pela garantia de pleno acesso às crianças com deficiência à educação infantil, com a efetivação das medidas necessárias à consecução da meta de inclusão plena. Então, o que diz a BNCC e o Currículo?
- () a BNCC apresenta o conjunto de conhecimentos e habilidades que os estudantes devem aprender e desenvolver ao longo de cada ano. Já o currículo é o “caminho” que as escolas seguirão para garantir esses direitos.
 - () o currículo desenvolve habilidades e competências e a BNCC traça caminhos.